



Fernanda Grageda*, Luciana Ferraz**, Daniel Kantor***, Gabriela Reyes****, Eduardo Brod Méndez*****, Abigail Betbedé***** e Monique Assis*****

Sete candidatos, quatro países, dois idiomas, um final. Como se relacionam a análise, seu final e a formação de um analista?

* Sociedad Psicoanalítica de México.

** Associação Psicanalítica do Estado do Rio de Janeiro.

*** Sociedad Peruana de Psicoanálisis.

**** Sociedad Psicoanalítica de Caracas.

***** Sociedade Psicanalítica de Pelotas.

***** Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

***** Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

Apresentamos uma tentativa de articular a experiência de sete candidatos de diferentes institutos, em diferentes momentos de sua formação, com dois idiomas e em quatro países, sobre um tema complexo. Este é o relato e a reflexão conjunta sobre a relação entre a análise, seu final e a formação como analista. A tarefa desafiadora foi conduzida através de um diálogo por *Skype* e por e-mail.

Em nosso primeiro encontro, com a finalidade de nos conhecermos e de nos aproximarmos progressivamente de um assunto tão singular, narramos nossas experiências de formação e suas implicações em cada instituto, segundo as normas que os regulam. Sabíamos pouco sobre a formação em outros institutos. Encontramos coincidências e divergências significativas, o que nos incitou a opinar sobre o que poderia ser considerado essencial na formação e quais seriam suas deformações. Isto nos levou a pensar sobre a importância de alimentar canais de comunicação entre os candidatos da América Latina. É um intercâmbio que, além de nos enriquecer de forma

peçoal, abre espaço para a reflexão e a possibilidade de tornar público o que acontece na intimidade dos espaços privados da formação, o que viabiliza uma elaboração mais ampla.

Conforme conversávamos, percebemos que, para responder nossa pergunta sobre a relação entre a análise, seu final e a formação de um analista, inicialmente deveríamos investigar quais são as diferenças entre uma análise de formação e outras que não têm essa função. Ainda que saibamos que o processo analítico não transcorre de forma diferente, o primeiro está atravessado pelo desejo de tornar-se analista, o que traz consigo um investimento particular na análise e acarreta riscos em seu final, por exemplo, cair no que Balit (1954) denominou “superterapia” ou a busca de uma análise totalmente terminada que não aceita os limites do método analítico. Renunciar à onipotência e à idealização do método analítico são requisitos da análise de formação, e o fim da análise, neste caso, é um fechamento que condiciona o fato de tornar-se analista.

Consideramos que a análise do analista é o ancoradouro principal de sua formação, pelo fato de ser aí que se realizará a experiência analítica encarnada, com o que ganharia intelecção sobre o próprio inconsciente, que é tanto o objeto de estudo como a ferramenta de trabalho de todo psicanalista. É inegável o postulado que afirma que a profundidade e amplitude que o analista tenha alcançado em sua análise pessoal serão determinantes na qualidade do trabalho que desenvolverá com seus pacientes.

A análise didática ocupou nossas reflexões e nos surpreendemos com as diferenças institucionais a seu respeito. Então nos detivemos para pensar no que implica a função didática, em como se regula dita função e nos perguntamos quais seriam as qualidades necessárias para exercê-la e suas inevitáveis prerrogativas. Isto nos conduziu ao reconhecimento de interrogantes e fantasias comuns entre os candidatos sobre esse outro que nos acompanha no processo analítico e que, obviamente, deve fazer parte da análise. Hoje em dia se aceita a proposta de que a análise didática não visa “ensinar”, mas sim busca a introjeção da função analítica, em contraposição à identificação com a pessoa do analista didata, assim como

a consolidação da autoanálise e a capacidade criativa, tudo o que converge para o desenvolvimento de uma autonomia tal que, justamente, permita a paulatina desidentificação e emancipação da análise, como parte do processo de fim de análise.

Uma colega compartilhou a situação crítica atravessada pela Venezuela, onde a ameaça à integridade e à vida levou milhares de cidadãos a emigrar, motivo pelo qual alguns candidatos tiveram que interromper sua análise e se depararam com a necessidade de escolher um novo analista para cumprir com os requisitos institucionais. Surge a pergunta sobre se esta escolha está marcada pelo mandato institucional mais que pelo desejo do candidato. Este foi um exemplo interessante que nos permitiu constatar que a análise didática está atravessada por uma série de regras que estão fora do processo analítico em si, com as quais, no entanto, concordamos em escolher nos formarmos como analistas em uma instituição pertencente à IPA.

Percebemos como a transferência institucional está presente em nossa análise e resulta indispensável trabalhá-la para assim poder enfrentá-la, mesmo depois do fim da análise. E assim chegamos ao ponto crucial: o fim da análise. Tornou-se difícil para nós abordarmos em profundidade este tópico, tão pouco falado e tão cheio de mistério, talvez, porque ao sermos candidatos e estarmos regulados em nossa formação pela instituição, ainda nos permeiam muitas fantasias sobre em que medida a instituição tem ingerência em nossa análise.

Reconhecemos a importância da elaboração da análise, como trabalhar as diversas fantasias em torno da separação e o luto que evoca, sabendo que este período traz consigo dificuldades intrínsecas, inclusive a possibilidade de sua interrupção. E ainda advertimos para perigos provenientes da contratransferência e de aspectos não elaborados do analista, tais como a gratificação narcisista proveniente de um determinado tratamento analítico, suas expectativas e desejos sobre os resultados do processo analítico, o luto do analista e suas próprias dificuldades de separação, entre outras situações que poderiam prolongar de forma desnecessária um processo analítico que chegou ao fim. Edith Buxbaum (1950) destaca que não apenas

a resolução da transferência é importante, mas também a resolução da contratransferência nesta parte do trabalho, de forma tal que analista e analisado entrem em um processo de elaboração para finalizar a análise e o vínculo empreendido tempo atrás.

Sobre isto podemos destacar que não nos parece adequado vincular o fim da análise com as exigências institucionais, já que isto o afasta de um processo pessoal, que deveria ocorrer de forma autônoma e independente da necessidade institucional. O fim da análise depende em grande parte da filiação teórica que sustenta o trabalho de cada analista e das expectativas que ambos integrantes da dupla têm sobre o processo. A introjeção da função analítica permitirá que a análise continue em forma de autoanálise, em uma tarefa que não tem fim.

Agora bem, surge outra reflexão: é a pós-análise diferente em um candidato do que em outro paciente? Esta é uma pergunta que gostaríamos de deixar aberta, pois não podemos respondê-la a partir de nossa experiência, ainda que nos pareça que exista uma diferença na elaboração do luto da perda da figura real do analista, tendo em consideração que manterá uma convivência na Sociedade. Os resíduos transferenciais poderão ser trabalhados em supervisão, reanálise, autonálise e através de conversas com colegas.

Ainda que não tenhamos esgotado o assunto, chegamos ao final deste texto compartilhado, um trabalho em equipe daqueles que foram sete estranhos que teceram traços de intimidade através de intercâmbio de experiências pessoais, e que esperam se encontrar em breve com chimarrão, tequilas, caipirinhas e arepas.

Referências

- Balint, M. (1954). Analytic training and training analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 35.
- Buxbaum, E. (1950). Technique of terminating analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 31.